

BR PROPERTIES S.A.
Companhia Aberta
CNPJ nº 06.977.751/0001-49
NIRE 35.300.316.592

**ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL
REALIZADA EM 4 DE AGOSTO DE 2020**

1. **Data, Hora e Local:** Em 4 de agosto de 2020, às 15:00 horas, na sede da BR Properties S.A. (“Companhia”), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 12.495, Centro Empresarial Berrini, Torre A – Torre Nações Unidas, 18º andar, escritório 181, Brooklin Novo, CEP 04578-000.
2. **Convocação e Presença:** Todos os conselheiros fiscais, devidamente convocados, participaram da reunião via conferência telefônica, tendo-se verificado, portanto, quórum de instalação e aprovação. Presentes também os membros da Diretoria da Companhia, Sr. André Bergstein e Sr. Martín Andrés Jaco, além do Sr. Marcos Alexandre S. Pupo, representante legal da Ernst & Young Auditores Independentes (“EY”).
3. **Composição da Mesa:** Presidente: Sr. Pedro Wagner Pereira Coelho; Secretária: Sra. Vanessa Rizzon.
4. **Ordem do Dia:** (i) examinar as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório de revisão limitada dos auditores independentes, referentes ao 2º trimestre de 2020; (ii) examinar, discutir e manifestar sobre a proposta de reorganização societária apresentada pela Administração da Companhia, em especial: (a) examinar e discutir a minuta do Protocolo e Justificação da Incorporação da **SPE 61 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade anônima de capital fechado com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.495, Centro Empresarial Berrini, Torre A – Torre Nações Unidas, 18º andar, escritório 181, parte, Brooklin Novo, CEP 04578-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 04.160.423/0001-20, NIRE 35300441753 (“SPE 61”) pela Companhia (“Protocolo e Justificação da Incorporação da SPE 61”); (b) examinar e discutir a minuta do Protocolo e Justificação de Motivos de Cisão Parcial Desproporcional da **PP II SPE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 12.495, Centro Empresarial Berrini, Torre A – Torre Nações Unidas, 18º andar, escritório 181, parte, Brooklin Novo, CEP 04578-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 09.443.016/0001-43, NIRE 35.222200811 (“PP II”), com a incorporação, pela Companhia, da respectiva parcela cindida (“Protocolo e Justificação da Cisão Parcial da PP II”); (c) ratificar a nomeação e contratação, pela administração da Companhia, da APSIS Consultoria e Avaliações Ltda., sociedade simples limitada com sede na Rua do Passeio, 62, 6º andar, Centro, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20021-290, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.681.365/0001-30 (“Empresa Especializada”), como empresa especializada responsável pela avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido (x) da SPE 61 (“Laudo de Avaliação da SPE 61”); e (y) do acervo cindido da PP II (“Laudo de Avaliação da Parcela Cindida PP II”); (d) manifestar-se sobre o Laudo de Avaliação da SPE 61 e Laudo de Avaliação da Parcela Cindida PP II; (e) manifestar-se sobre a proposta de incorporação pela Companhia da SPE 61 pela Companhia (“Incorporação da SPE 61”), *ad referendum* da Assembleia Geral; (f)

manifestar-se sobre a proposta cisão parcial desproporcional da PP II, com a incorporação, pela Companhia, da respectiva parcela cindida (“Cisão Parcial da PP II”), *ad referendum* da Assembleia Geral.

5. Deliberações: Por unanimidade e sem ressalvas, os membros do Conselho Fiscal, tomaram as seguintes deliberações:

5.1 Após analisar as demonstrações financeiras referentes ao 2º trimestre do exercício social de 2020, findo em 30 de junho de 2020, e prestados os esclarecimentos pelos diretores da Companhia, foi passada a palavra ao representante da EY que apresentou aos Srs. Conselheiros o resultado dos trabalhos de auditoria e o relatório de revisão limitada. Após apreciarem a matéria, debaterem os aspectos relevantes das demonstrações financeiras relativas ao 2º trimestre e obterem os esclarecimentos necessários sobre o assunto, os conselheiros emitem parecer favorável às demonstrações financeiras da Companhia relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2020.

5.2 Aprovar, em consonância com o disposto no artigo 163, inciso III, da Lei nº 6.404/1976, depois de examinados e discutidos, o parecer do Conselho Fiscal sobre as propostas de Incorporação da SPE 61 e da Cisão Parcial da PPI, conforme segue:

(i) manifestar-se favoravelmente aos termos e condições da minuta do Protocolo e Justificação da Incorporação da SPE 61, bem como a sua celebração pela administração da Companhia;

(ii) manifestar-se favoravelmente aos termos e condições da minuta do Protocolo e Justificação da Cisão Parcial da PP II, bem como a sua celebração pela administração da Companhia;

(iii) manifestar-se favoravelmente à ratificação da contratação, pela administração da Companhia, da Empresa Especializada como empresa responsável pela elaboração do Laudo de Avaliação da SPE 61 e do Laudo de Avaliação da Parcela Cindida PP II, cuja indicação será submetida à ratificação da Assembleia Geral da Companhia, tendo os membros do Conselho Fiscal tomado conhecimento dos referidos Laudos de Avaliação;

(iv) manifestar-se favoravelmente à aprovação do Laudo de Avaliação da SPE 61 e do Laudo de Avaliação da Parcela Cindida PP II, cuja aprovação será submetida à Assembleia Geral da Companhia;

(v) manifestar-se favoravelmente à Incorporação da SPE 61, nos termos do Protocolo e Justificação da Incorporação da SPE 61, cuja aprovação será submetida à Assembleia Geral da Companhia;

(vi) manifestar-se favoravelmente, sujeito à obtenção de dispensa da CVM com relação à preparação dos laudos referidos no artigo 264 da Lei nº 6.404/76, à Cisão Parcial da PP II, nos termos do Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da PP II, cuja aprovação será submetida à Assembleia Geral da Companhia.

5.3 O parecer do Conselho Fiscal, cujo teor encontra-se transcrito em anexo à presente

ata, foi firmado pelos Srs. Conselheiros e será disponibilizado aos Srs. Acionistas através do sistema Empresas.net.

5.4 Fica consignado que: a Companhia apresentou em 22 de julho de 2020 consulta prévia à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) solicitando confirmação do seu entendimento com relação à desnecessidade da elaboração do laudo a que se refere o artigo 264 da Lei nº 6.404/76 com relação à Cisão Parcial da PP II, por se tratar de operação negociada entre partes independentes sem relação de troca e, portanto, sem diluição de acionistas da Companhia. Esta consulta ainda está pendente de resposta, mas a Companhia espera que obtenha resposta favorável até a data da AGE.

6 **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lavrada e, depois de lida e aprovada, assinada pelos membros da Mesa e pelos conselheiros de administração presentes.

7 **Assinaturas:** Presidente da reunião: Pedro Wagner Pereira Coelho, secretária da reunião: Vanessa Rizzon. Conselheiros: Marcelo França de Lima, Ricardo Scalzo, Pedro Wagner Pereira Coelho.

Declaro que a presente confere com o original lavrado em livro próprio.

São Paulo, 4 de agosto de 2020.

Vanessa Rizzon
Secretária

BR PROPERTIES S.A.
Companhia Aberta
CNPJ nº 06.977.751/0001-49
NIRE 35.300.316.592

**ANEXO A ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL
REALIZADA EM 4 DE AGOSTO DE 2020**

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da Companhia, nos limites da sua competência, examinaram as demonstrações financeiras referentes ao 2º trimestre do exercício social findo em 30 de junho de 2020 e após obterem os esclarecimentos necessários sobre o assunto, os conselheiros emitem parecer favorável às demonstrações financeiras da Companhia relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2020.

Ainda, os membros efetivos do Conselho Fiscal da companhia, no exercício da atribuição que lhes é conferida pelo inciso III, do artigo 163 da Lei nº 6.404/76 e, nos limites da sua competência, examinaram a proposta (i) de incorporação pela Companhia da SPE 61 pela Companhia, nos termos do “Protocolo e Justificação da Incorporação da SPE 61” celebrado em 05 de agosto de 2020; e (ii) de cisão parcial desproporcional da PP II, com a incorporação, pela Companhia, da respectiva parcela cindida, nos termos do “Protocolo e Justificação da Cisão Parcial da PP II” e, com base na análise dos documentos disponibilizados, verificaram que tanto a Incorporação da SPE 61 quanto a Cisão Parcial da PP II estão em conformidade com os requisitos legais previstos na Lei nº 6.404/76, tendo opinado favoravelmente à aprovação, pelos acionistas da Companhia, reunidos em Assembleia Geral, da Incorporação da SPE 61, nos termos do Protocolo e Justificação da Incorporação da SPE 61 e da Cisão Parcial da PP II, sujeito à obtenção de dispensa da CVM com relação à preparação dos laudos referidos no artigo 264 da Lei nº 6.404/76, nos termos do Protocolo e Justificação da Cisão Parcial da PP II.

São Paulo, 04 de agosto de 2020.

Marcelo França de Lima, Ricardo Scalzo e Pedro Wagner Pereira Coelho.